

**A. I. Nº** - 124157.0726/09-9  
**AUTUADO** - SANTA CLARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A.  
**AUTUANTES** - ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/METRO  
**INTERNET** 11.06.2010

## **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0131-05/10**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS NÃO ENQUADRADAS NO REGIME DE ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. É devida a antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias, não enquadradas no regime de substituição tributária, quando adquiridas fora do Estado para comercialização. Corrigida a base de cálculo do imposto com a exclusão da MVA. Também não cabe a cobrança sobre mercadorias adquiridas para brindes. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 23/08/2009, exige ICMS, no valor de R\$ 10.538,76, e multa de 60% em decorrência da falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação parcial, na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

O autuado apresentou defesa impugnando o lançamento tributário, fls. 19 a 23, mediante advogado legalmente habilitado nos autos, e aduz que tem por atividade principal a moagem, torrefação, embalagem e comercialização de café, dentre outros produtos. Afirma que recebeu mercadorias transferidas da filial da empresa, que está localizada em Natal, RN, Rodovia Br 101, Km 10,5 Qd 05/04, conforme se pode verificar pela cópia do DANFE da Nota Fiscal nº 1550. Assevera que trata-se da remessa de brindes, e neste caso, aplica-se o disposto no art. 566 do RICMS/97, e não os dispositivos apontados pelo autuante. Destaca que não houve prejuízo para o erário, e que sua inscrição cadastral é regular. Pede a improcedência da autuação.

Na informação fiscal o autuante, fls. 37 a 40, esclarece que a defendente efetuou operação de transfência interestadual de mercadorias tributadas pelo ICMS, por meio do DANFE nº 1676, e Nota Fiscal nº 3390, contemplando 18.430 Kgs de café ensacado a vácuo, e 1.400 dúzias de jogos de pano de prato, procedentes de Natal, RN, e na condição de descredenciado deixou de efetuar o pagamento do ICMS devido na primeira repartição fazendária da divisa ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas com intuito comercial, como exige o diploma legal, a saber, art. 125, II, a, “f”, e 352-A do RICMS/97. Ademais, as mercadorias transferidas compoem a cesta de mercadorias para revenda da impugnante, logo evidente o caráter comercial dos produtos constantes no documento fiscal. Esclarece que o autuado foi descredenciado na SEFAZ por motivo de restrição de crédito. (fl. 07). Por ter desatendido a legislação, entende que o Auto de infração deve ser julgado procedente.

## **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS em decorrência do ICMS, referente à antecipação parcial, na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

O regime de antecipação parcial tem sua incidência prevista em relação às aquisições interestaduais para fins de comercialização, conforme dispõe o art. 12-A da Lei nº 7.014/97, incluído pela Lei nº 8.967/03, o qual transcrevo para um melhor entendimento:

*“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.*

*§ 1º A antecipação parcial estabelecida neste artigo não encerra a fase de tributação e não se aplica às mercadorias, cujas operações internas sejam acobertadas por:*

*I - isenção;*

*II - não-incidência;*

*III - antecipação ou substituição tributária, que encerre a fase de tributação.*

*§ 2º O regulamento poderá fazer exclusões da sistemática de antecipação parcial do imposto por mercadoria ou por atividade econômica.”*

*§ 3º Nas operações com álcool poderá ser exigida a antecipação parcial do imposto, na forma que dispuser o regulamento.*

Em sua defesa o autuado assevera que trata-se de brindes transferidos da filial da empresa, localizada no Rio Grande do Norte, operação acobertada pelo art. 566 do RICMS/97, quando teria ocorrido equívoco na fiscalização ao exigir o ICMS antecipação parcial, haja vista que não destinavam-se à comercialização.

Da análise dos documentos que compõem o auto de infração, vejo que podem ser separados em duas hipóteses: No primeiro, o DANFE de fl. 10, consta a transferência de café, no valor de R\$ 94.840,20, o segundo documento refere-se à Nota Fiscal nº 3390, fl. 11, e trata-se de venda de jogos de pano de prato. Como a atividade da empresa autuada é o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, faz sentido a alegação da defendente de que as mercadorias constantes na Nota Fiscal nº 3390, (panos de prato), são para brindes. Logo, por não se destinarem à comercialização, não estão sujeitas ao pagamento da antecipação parcial, e esta nota fiscal deve ser excluída da base de cálculo do imposto ora exigido. Quanto à transferência de café, o mesmo não pode ser afirmado, e deve permanecer na exigência fiscal. Deste modo, com a exclusão da NF 3390, a base de cálculo do imposto, perfaz  $94.840,20 \times 5\% = R\$ 4.742,02$ , vez que não comporta a MVA por se tratar de antecipação parcial, e a alíquota incidente é 5%, pois as mercadorias estão com destaque de 12%, por serem procedentes do Rio Grande do Norte.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 124157.0726/09-9, lavrado contra **SANTA CLARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.472,02**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de maio de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO.- PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA